
REVISTA TAKA'A

Corpo-território e comunidade: Análise documental das propostas epistemológicas do feminismo comunitário em Abya Yala

Cuerpo-territorio y comunidad: Análisis documental de las propuestas epistemológicas del feminismo comunitario en Abya Yala

Ricardo Antonio Morales
Instituto Internacional de Estudios Políticos Avanzados
Universidad Autónoma de Guerrero
E-mail: 21325026@uagro.mx
<https://orcid.org/0009-0004-7828-1268>

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa documental sobre as propostas epistemológicas do feminismo comunitário em Abya Yala, entendido como um movimento surgido das experiências e saberes ancestrais das mulheres indígenas. O estudo analisa os diálogos entre teoria e práxis territorial desde uma perspectiva decolonial, explorando como o feminismo comunitário oferece uma alternativa ao feminismo hegemônico ocidental através de conceitos como complementaridade, corpo-território e bem viver. A pesquisa examina as epistemologias de várias autoras indígenas através da análise de casos documentados que demonstram suas lutas, resistências e processos de revitalização cultural. Os resultados mostram que o enfoque decolonial do feminismo comunitário não somente enfrenta o eurocentrismo e a colonialidade do conhecimento, mas também propõem uma reconceitualização do feminismo a partir das cosmovisões indígenas, suas formas de organização comunitária e sua relação com o território. Esta transformação se fundamenta no fortalecimento e na autodeterminação das mulheres indígenas e na recuperação de seus conhecimentos ancestrais como base para a construção de alternativas ao patriarcado colonial-moderno.

Palavras-chave: Feminismo comunitário. Epistemologias indígenas. Análise documental. Mulheres indígenas. Patriarcado colonial.

RESUMEN

Este artículo presenta una investigación documental sobre las propuestas epistemológicas del feminismo comunitario en Abya Yala, entendido como un movimiento surgido de las experiencias y saberes ancestrales de las mujeres indígenas. El estudio analiza los diálogos entre

teoría y praxis territorial desde una perspectiva decolonial, explorando cómo el feminismo comunitario ofrece una alternativa al feminismo hegemónico occidental a través de conceptos como complementariedad, cuerpo-territorio y buen vivir. La investigación examina las epistemologías de varias autoras indígenas a través del análisis de casos documentados que demuestran las luchas, resistencias y procesos de revitalización cultural. Los resultados muestran que el enfoque decolonial del feminismo comunitario no sólo enfrenta el eurocentrismo y la colonialidad del conocimiento, sino que propone una reconceptualización del feminismo a partir de las cosmovisiones indígenas, sus formas de organización comunitaria y su relación con el territorio. Esta transformación se fundamenta en el fortalecimiento de la autodeterminación de las mujeres indígenas y la recuperación de sus conocimientos ancestrales como base para la construcción de alternativas al patriarcado colonial-moderno.

Palabras clave: Feminismo comunitario. Epistemologías indígenas. Análisis documental. Mujeres indígenas. Patriarcado colonial.

RESUMO NA LÍNGUA ÑOMNDAA SULJAA', GUERRERO. MÉXICO.

Ljeiiwaa ma'mo^{na} ts'iaaⁿ na tuii ñequio yolcu'ncue na m'aⁿ ndyuaat'maⁿ Abya Yala, na matseicandiina' chiuu^{waa} na yolcu'ncue ndyowaa xuee na cwita'ndo'na. Chuuna' ñ'oom na matseijndo'na' n'oo^{ya} canjaⁿ naa yolcu', chiuu na joona laxmana', chana n'ndyaa^{ya} chiuu^{waa} na tqioqueⁿ canchpei na cjoona, na joona je' nlajndaa'ndyena chiuu^{waa} na nntandoo'tina ndyuaat'maⁿ Abya Yala. Ts'iaa^{waa} tuina' ñequio jndye ntmaaⁿ yolcu'ncue 'naⁿ njoom nn'a^{ncue} ndo' teitquioo' na joona tyeⁿ ndi'cwaⁿ cwita'ndo'na cha'xjeⁿ na nquiuna na ndyowaa xuee na m'a^{na}. Ndo' na luua', cwiliuuya na joona waa na jndana na nnda^a n'nyena chiuu^{waa} na tqioqueⁿ canchpei nacjoona. Saavedra chana nnda^a nluii naljo', maca^{na} na ñe'cwii ñomtiuu calzada chana nntseitjoom'tina joona ndo' jndatina.

Ñ'oom na cwilanchu' ljeiiwaa: Yolcu'ncue, Ñoomtyuu'ncue, Njoom ncue, Canchpei, Nn'a^{ncue}, Yolcu', Ts'iaaⁿ na cwiiluii ndyuaat'maⁿ.

Introdução

O feminismo comunitário emerge como uma proposta teórico-política desde Abya Yala — termo utilizado pelos povos originários para se referir ao continente americano, que significa "terra em plena maturidade" ou "terra de sangue vital" na língua do povo Kuna —, desafiando as bases epistemológicas do feminismo hegemônico ocidental. Este movimento, surgido principalmente nos territórios da Bolívia e da Guatemala, propõe uma reconceitualização radical das lutas feministas a partir das cosmovisões e práticas dos povos originários, estabelecendo a comunidade como sujeito político central e o corpo-território como eixo articulador das resistências.

A colonialidade do poder e do saber configuraram historicamente as formas de compreender e teorizar sobre as opressões vividas pelos povos indígenas, especialmente as mulheres desses povos. O feminismo ocidental, apesar de suas importantes contribuições, reproduziu lógicas coloniais ao universalizar a experiência das mulheres brancas, urbanas e de classe média como paradigma da opressão de gênero. Diante disso, o feminismo comunitário propõe uma ruptura epistêmica que permite visibilizar e teorizar a partir das experiências específicas das mulheres indígenas.

O conceito de "entronque patriarcal"¹, desenvolvido por Julieta Paredes (2017), é fundamental para compreender como o patriarcado colonial se articulou com formas prévias de dominação masculina nas sociedades originárias, gerando opressões específicas que afetam as mulheres indígenas (Guzmán; Triana, 2019). Essa intersecção entre colonialismo e patriarcado exige estratégias de luta que abordem simultaneamente a descolonização e a despatriarcalização. Essa complexa articulação histórica revela como as estruturas de poder coloniais não apenas reforçaram, mas transformaram as relações de gênero preexistentes, criando novas formas de subordinação que persistem atualmente nas comunidades indígenas.

Por um lado, a noção de corpo-território constitui outra contribuição central do feminismo comunitário. Esse conceito vincula as violências exercidas sobre os corpos das mulheres com a exploração dos territórios, evidenciando como o modelo extrativista colonial-patriarcal opera simultaneamente sobre ambas as dimensões. A defesa do território, portanto, não pode ser separada da luta pela autonomia corporal das mulheres.

Por outro lado, a comunidade, como princípio organizativo e horizonte político, propõe uma alternativa ao individualismo liberal que caracterizou o feminismo ocidental. As práticas comunitárias de reciprocidade, complementaridade e cuidado coletivo oferecem bases para construir relações sociais não patriarcais e não coloniais. Isso implica reconhecer que a emancipação das mulheres está intrinsecamente ligada à liberação coletiva dos povos.

As metodologias e práticas políticas do feminismo comunitário fundamentam-se na recuperação de saberes ancestrais e na construção de conhecimentos coletivos. As assembleias,

¹ O conceito "entronque patriarcal" desenvolvido pela autora Julieta Paredes (2017) está relacionado à articulação profunda e estrutural do patriarcado com outros sistemas de dominação como o colonialismo. A palavra "entronque" possui um uso mais amplo e cotidiano no espanhol, podendo ser entendida em português como articulação profunda, conexão estrutural ou enraizamento.

os círculos de mulheres e os encontros de pensamento constituem espaços onde se tece teoria a partir da experiência vivida e da memória histórica das lutas.

Os desafios enfrentados pelo feminismo comunitário incluem a tradução intercultural de conceitos e práticas, a articulação com outros movimentos sociais e a construção de alianças sem reproduzir lógicas coloniais. A tensão entre particularidade e universalidade exige pensar formas de diálogo que não subordinem nem homogeneizem as diferenças.

Por isso, esta pesquisa de análise documental sugere que as implicações teóricas e práticas do feminismo comunitário devem transcender o âmbito acadêmico. Suas propostas questionam os fundamentos epistemológicos das ciências sociais ocidentais e aportam metodologias decoloniais para a produção de conhecimento. No plano político, oferecem estratégias concretas para a construção de alternativas ao modelo civilizatório dominante.

Metodologia: Análise documental

Esta pesquisa de natureza qualitativa examina as teorias e práxis territoriais a partir de uma perspectiva decolonial de várias autoras indígenas, por meio da análise de casos documentados que demonstram as lutas, resistências e processos de revitalização cultural, oferecendo uma alternativa ao feminismo hegemônico ocidental através de conceitos como complementaridade, corpo-território e bem viver.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se por gerar informações baseadas em descrições detalhadas que emergem diretamente da linguagem e dos comportamentos observáveis dos participantes (Taylor; Bogdan, 1987). Essa metodologia é especialmente valiosa para o estudo do feminismo comunitário, pois permite capturar as vozes autênticas das mulheres em suas comunidades, documentando suas experiências, saberes e formas de resistência por meio de suas próprias narrativas e ações observáveis.

O enfoque qualitativo facilita a compreensão profunda de como as mulheres constroem e transformam suas realidades a partir do coletivo, permitindo registrar não apenas suas palavras, mas também as práticas cotidianas que refletem suas lutas e resistências contra as estruturas patriarcais. Esse tipo de pesquisa tem sido fundamental para visibilizar e legitimar os conhecimentos ancestrais e as estratégias de organização comunitária que as mulheres

desenvolveram historicamente, contribuindo assim para a construção de uma metodologia que respeita e valoriza as diversas formas como as mulheres expressam e vivem suas experiências dentro de seus territórios e comunidades.

Esta pesquisa fundamenta-se em um enfoque metodológico que combina dois tipos de estudo. Por um lado, utiliza o método descritivo, que permite detalhar e caracterizar os fenômenos observados em seu estado natural, e, por outro lado, incorpora o método explicativo, que busca estabelecer as causas e relações entre as variáveis analisadas. A metodologia principal baseia-se na análise documental, técnica que implica a coleta, revisão e avaliação sistemática de diversos documentos e fontes bibliográficas relevantes para o tema de estudo, permitindo assim construir uma base sólida de conhecimento a partir da literatura existente.

A ideia expressa por Carrillo Cruz (2020) sugere que o processo de coleta de documentos acadêmicos vai além da simples acumulação de informações, pois busca estabelecer uma estrutura que permita demonstrar e justificar a importância do estudo realizado. Creswell (2014) propõe que a pesquisa baseada em documentos compreende um processo sistemático que abrange três elementos fundamentais: reunir documentação relevante, descrevê-la detalhadamente e examinar profundamente seu conteúdo em relação ao tema de estudo.

Essa perspectiva é particularmente valiosa, pois destaca a natureza metódica e rigorosa da pesquisa documental. Não se trata simplesmente de coletar informações ao acaso, mas de seguir um processo estruturado que permite construir conhecimento significativo. A descrição e a análise são tão importantes quanto a coleta em si, pois são esses elementos que transformam um conjunto de documentos em evidência científica relevante para compreender fenômenos específicos. Essa metodologia, quando aplicada corretamente, permite estabelecer conexões e padrões que poderiam passar despercebidos em uma leitura superficial.

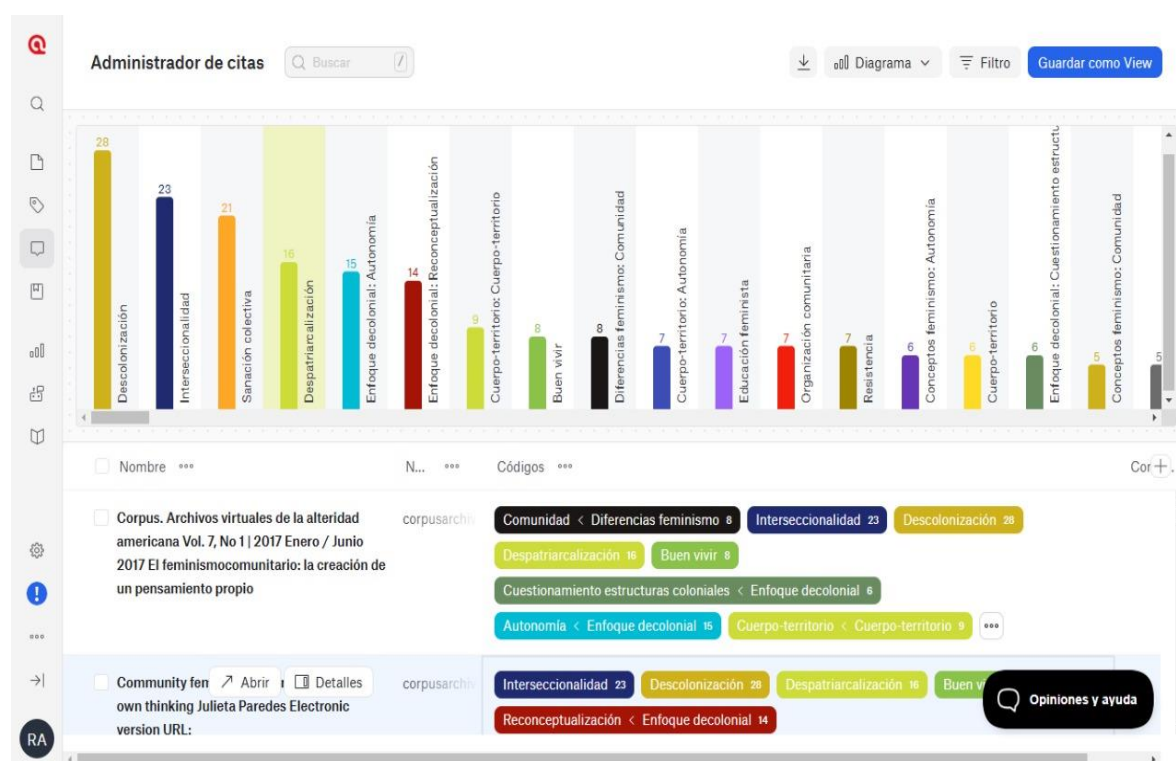
Em nosso caminho de tecer saberes sobre o feminismo comunitário, aproximamo-nos das diversas vozes e experiências por meio de um processo cuidadoso de análise documental. Para essa jornada de conhecimento, apoiamo-nos no Atlas.ti² como ferramenta que nos permitiu entrelaçar e dialogar com os diferentes textos e documentos que narram as experiências do feminismo comunitário.

² O Atlas.ti é um software de análise de dados qualitativos que ajuda a organizar, analisar e visualizar dados. Para mais informações acesse o site: <https://atlasti.com/>.

Através desse processo, conseguimos tecer uma rede complexa de conhecimentos que conecta as diferentes vozes e experiências do feminismo comunitário. A codificação nos ajudou a identificar padrões e temas recorrentes na literatura acadêmica, revelando como as mulheres têm construído e transformado suas comunidades a partir de uma perspectiva feminista.

Essa metodologia facilitou a visualização das interconexões entre diferentes aspectos do feminismo comunitário, como a territorialidade, os saberes ancestrais, a organização coletiva e as lutas pela autonomia. A nuvem de documentos resultante no Research Rabbitapp³ nos permitiu a busca de textos sobre o tema e, assim, compreender melhor como as experiências locais do feminismo comunitário se entrelaçam com contextos históricos mais amplos e dinâmicas culturais específicas de cada território.

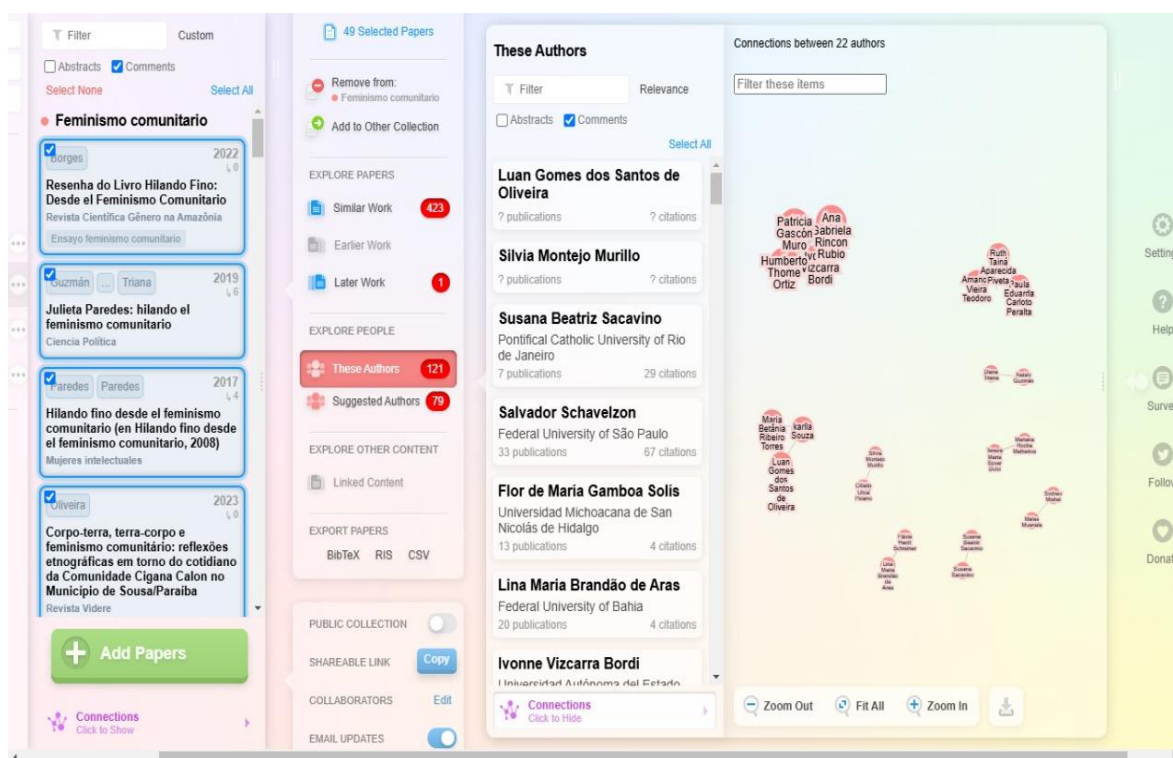
Figura 1. Gráfico de codificação de texto em Atlas.ti.



Fonte: Elaborado pelo autor.

³ O **Research Rabbitapp** é um aplicativo ou ferramenta projetada para auxiliar pesquisadores, acadêmicos e estudantes na organização, gestão e descoberta de artigos científicos, referências e literatura acadêmica. Ele funciona como um **gestor de referências** e uma ferramenta de **descoberta de literatura**. Para mais informações acesse o site: <https://researchrabbitapp.com/>.

Figura 2. Nuvem de pesquisa no Research Rabbitapp.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise realizada evidencia padrões significativos e correlações substanciais na literatura especializada sobre feminismo comunitário. Desde uma perspectiva analítica, os resultados de coocorrência demonstram uma correlação significativa entre os códigos "descolonização", "despatriarcalização" e "pensamento crítico". Nesse sentido, a evidência documental corrobora que o feminismo comunitário constitui uma contribuição fundamental ao pensamento crítico latino-americano, fundamentando-se na frequência de aparição desses conceitos nos textos analisados de Lugones (2008) e Paredes & Guzmán (2014).

Por conseguinte, a análise de redes semânticas revela uma conexão estatisticamente significativa entre os códigos "espiritualidade", "cura coletiva" e "resistência". De fato, os achados documentais, principalmente em Cumes (2019b), posicionam a espiritualidade indígena como um elemento fundamental de resistência, evidenciado pela alta frequência de coocorrência desses códigos.

De maneira análoga, a análise de conteúdo manifesta padrões consistentes na documentação de práticas econômicas comunitárias. Em particular, a codificação aberta dos textos de Galindo (2013) evidencia a prevalência de conceitos como "reciprocidade" e "economia comunitária", que se contrapõem aos modelos econômicos hegemônicos.

Cabe destacar que a rede semântica construída em torno de "educação popular feminista" exibe uma densidade significativa. Consequentemente, a análise dos textos de Martínez (2019) e Cumes (2019a) demonstra padrões consistentes na documentação de metodologias pedagógicas alternativas, com frequente coocorrência de códigos relacionados a "saberes ancestrais" e "experiência coletiva".

No que diz respeito à análise territorial, os resultados de coocorrência evidenciam uma correlação estatisticamente significativa entre os códigos "território-corpo-terra" e "extrativismo". Nesse contexto, os achados em Cabnal (2010) demonstram a centralidade da defesa territorial no feminismo comunitário, com alta densidade na codificação de conflitos socioambientais.

Por outro lado, a codificação axial põe em evidência as tensões e potencialidades na construção de alianças interorganizacionais. De fato, a análise dos textos revela padrões recorrentes na documentação de diálogos interculturais e na construção de redes estratégicas.

Da mesma forma, os resultados da análise evidenciam uma presença significativa de propostas metodológicas alternativas. Ou seja, a codificação dos textos de Segato (2016) e Rivera Cusicanqui (2018) demonstra alta densidade em referências a epistemologias indígenas e metodologias decoloniais.

Considerações finais

Em última instância, o processamento sistemático de dados no Atlas.ti corrobora que o feminismo comunitário transcende a mera crítica ao feminismo hegemônico, constituindo-se como um corpus teórico-prático com propostas concretas para a transformação social. Consequentemente, as redes de códigos evidenciam uma complexa inter-relação entre aspectos

teóricos, metodológicos e práticos, sugerindo a necessidade de abordagens holísticas para sua compreensão e análise integral.

Por conseguinte, a análise documental revela que o feminismo comunitário conseguiu articular uma epistemologia própria que integra efetivamente os saberes ancestrais com as lutas contemporâneas. Desde essa perspectiva, a noção de corpo-território emerge como um conceito central que permite compreender a interconexão intrínseca entre as violências exercidas sobre os corpos das mulheres indígenas e a exploração sistemática de seus territórios ancestrais. Essa conceituação inovadora demonstra, sem dúvida, como as formas de resistência desenvolvidas pelas mulheres indígenas confrontam simultaneamente múltiplos sistemas de opressão estrutural.

Nessa linha de pensamento, a pesquisa também evidencia que o entronque patriarcal, como marco analítico fundamental, permite visibilizar as complexas intersecções entre o patriarcado colonial e as formas prévias de dominação masculina nas sociedades originárias. Esse achado é particularmente significativo para compreender a especificidade das opressões enfrentadas pelas mulheres indígenas e as estratégias de resistência que elas desenvolveram historicamente.

Cabe destacar que os resultados sublinham enfaticamente a importância da comunidade como sujeito político e espaço de construção de alternativas ao modelo civilizatório dominante. De fato, as práticas de reciprocidade, complementaridade e cuidado coletivo documentadas demonstram inequivocamente a viabilidade de formas de organização social que desafiam tanto a lógica individualista do feminismo ocidental quanto as estruturas patriarcais coloniais profundamente enraizadas.

É preciso ressaltar que a densidade e a frequência das codificações realizadas demonstram a solidez teórica e metodológica do feminismo comunitário como paradigma emergente no pensamento crítico latino-americano. No entanto, é imperativo aprofundar, em pesquisas futuras, as dimensões práticas e aplicadas dessas propostas teóricas inovadoras.

Nesse sentido, torna-se fundamental continuar documentando e analisando sistematicamente as experiências concretas de organização e resistência das mulheres indígenas em diferentes territórios de Abya Yala. Esse exercício acadêmico permitiria compreender com maior profundidade como as propostas do feminismo comunitário se materializam em

contextos específicos e como podem se adaptar dialeticamente a diferentes realidades territoriais e culturais.

De maneira análoga, os achados sugerem a necessidade premente de desenvolver metodologias de pesquisa que respondam coerentemente aos princípios epistemológicos do feminismo comunitário, privilegiando a construção coletiva de conhecimento e o diálogo horizontal entre diferentes saberes e formas de compreensão do mundo. Indubitavelmente, isso representa um desafio paradigmático para a academia tradicional e abre novos horizontes para a pesquisa social comprometida com as lutas emancipatórias dos povos originários.

A modo de reflexão final, é necessário reconhecer que o feminismo comunitário não apenas constitui uma crítica fundamentada ao sistema patriarcal-colonial, mas também representa uma proposta epistemológica e política revolucionária que emerge das entranhas das comunidades indígenas. Seu potencial transformador reside precisamente em sua capacidade de articular saberes ancestrais com lutas contemporâneas, propondo alternativas viáveis ao modelo civilizatório hegemônico que perpetuou historicamente múltiplas formas de opressão e violência.

Em definitivo, esta pesquisa contribui significativamente para o campo dos estudos feministas decoloniais, aportando evidências empíricas sobre a relevância e o vigor do feminismo comunitário como movimento teórico-político. Os resultados obtidos não apenas validam a pertinência de suas propostas conceituais, mas também apontam caminhos promissores para a construção de sociedades mais justas e equitativas, fundamentadas em princípios de reciprocidade, complementaridade e respeito pela vida em todas as suas manifestações.

Referências

CABNAL, L. **Feminismo diversos**: el feminismo comunitario. Las Segovias: ACSUR, 2010. Disponível em: <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CARRILLO CRUZ, C. E. Pedagogía e investigación, coexistencia epistémica hacia una educación para todos. **Ingenio Libre**, v. 10, n. 20. 2022. Disponível em:

https://revistas.unilibre.edu.co/index.php/inge_libre/article/view/9369. Acesso em: 28 fev. 2025.

CRESWELL, J. W. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Los Angeles: Sage, 2014. Disponível em: https://www.ucg.ac.me/skladiste/blog_609332/objava_105202/fajlovi/Creswell.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

CUMES, A. Colonialismo patriarcal y patriarcado colonial: Violencia y despojos en las sociedades que nos dan forma. In: LEYVA SOLANO, X.; ICAZA, R. (coords.). **En tiempos de muerte: cuerpos, rebeldías, resistencias**. Buenos Aires: CLACSO, 2019. Disponível em: https://om.juscatamarca.gob.ar/libros/En_tiempos_de_muerte_cuerpos_rebeldias_r.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

CUMES, A. Cosmovisión maya y patriarcado: una aproximación crítica. In: OCHOA MUÑOZ, K. (coord.). **Miradas en torno ao problema colonial: pensamiento anticolonial y feminismo descoloniales en los sures globales**. Madrid: Akal, 2019.

GALINDO, M. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: Teoría y propuesta de la despatriarcalización**. La Paz: Mujeres Creando, 2013. Disponível em: <http://naturalezacienciaysociedad.org/wp-content/uploads/sites/3/2016/02/Maria-Galindo-No-se-puede-descolonizar-sin-despatriarcalizar.-Teoria-y-propuesta-de-la-despatriarcalizacion.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

GUZMÁN, N.; TRIANA, D. Julieta Paredes: hilando el feminismo comunitario. **Ciencia Política**, v. 14, n. 28, p. 23-49, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7126935.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MARTÍNEZ, S. Feminismo comunitario: Una propuesta teórica y política desde Abya Yala. **Servicios Sociales y Política Social**, v. 36, n. 119, p. 21-33, 2019. Disponível em: <https://www.serviciosocialesypoliticassocial.com/principal/DescargarDocumento/?nombre=3.-Servicio-Sociales-y-Politica-Social-N119---WEB-21-33.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

PAREDES, J. El feminismo comunitario: la creación de un pensamiento propio. **Corpus**, v. 7, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/corpusarchivos/1835>. Acesso em: 17 fev. 2025.

PAREDES, J.; GUZMÁN, A. **El tejido de la rebeldía: ¿Que és el feminismo comunitario?**. La Paz: Mujeres Creando, 2014. Disponível em: <https://redclade.org/wp-content/uploads/El-Tejido-de-la-Rebeldia.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Un mundo Ch'ixi es posible: Ensayos desde un presente en crisis**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018. Disponível em: https://tintalimon.com.ar/public/s7loyv7qkqkfy9tlizbaucr6z67/pdf_978-987-3687-36-5.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de Sueños, 2016. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

TAYLOR, S.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1987. Disponível em: <https://pics.unison.mx/maestria/wp-content/uploads/2020/05/Introduccion-a-Los-Metodos-Cualitativos-de-Investigacion-Taylor-S-J-Bogdan-R.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

Recebido em 18 de fevereiro de 2025

Aprovado em 27 de fevereiro de 2025

Publicado em 01 de março de 2025

Licença de Uso

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito deve ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.

